



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**Um olhar sobre a educação dos surdos em classe regular
de ensino**

Ana Márcia de Oliveira

Feira de Santana, BA, Brasil

2010

**Um olhar sobre a educação dos surdos em classe regular
de ensino**

por

Ana Márcia de Oliveira

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**Feira de Santana, BA, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

Um olhar sobre a educação dos surdos em classe regular
de ensino

Elaborado por
Ana Márcia de Oliveira

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Ms. Fernanda de Camargo Machado
(Presidente/Orientador)

fulano

fulano

Feira de Santana, BA, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

Um olhar sobre a educação dos surdos em classe regular de ensino.

AUTOR: Ana Márcia de Oliveira

ORIENTADOR: Prof^a Ms. Fernanda de Camargo Machado
Feira de Santana, 2010.

A presente pesquisa tem como objetivo problematizar como acontece a educação dos surdos nas salas regulares e as relações de saber/poder. Neste sentido busco uma compreensão do processo ensino aprendizagem a partir das práticas pedagógicas e das relações de saber/poder. Ao enveredar nesta pesquisa penso na diferença, na cultura e identidade surda; penso também nas instituições e nas políticas públicas direcionadas às mesmas. O diálogo com os autores como Foucault, Skliar, dentre outros, permite um questionamento de como acontece a “Inclusão” e como se deve aprender a cada dia através de discussões que impulsionem a produzir as mudanças no âmbito educacional. Os encaminhamentos metodológicos direcionaram o meu olhar, sendo eles a entrevista não-estruturada realizada com a professora M. que atua na Escola Municipal Joselito Amorim e o discurso sobre as relações de saber/poder destacados pelos autores citados. Estes instrumentos foram importantes na compreensão e problematização do desenvolvimento do processo educativo dos surdos. Uma das questões que esta pesquisa permitiu debater foi a percepção de que a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) ainda ocupa uma posição subalterna nos contextos bilíngües devido a hegemonia da cultura ouvintista.

Palavras-chave: surdez, bilinguismo, inclusão, relações saber/poder, prática docente.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	2
2. METODOLOGIA	4
3. AS RELAÇÕES DE PODER/SABER E A EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	5
4. SURDOS EM CLASSE REGULAR: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES.....	8
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
6. REFERÊNCIAS	17

1 APRESENTAÇÃO

Diante de tantas mudanças na sociedade, passamos a entender a importância de conviver com o outro buscando compreender as representações dos sujeitos tendo em vista as diferenças sob um ponto de vista identitário, cultural e político. Antes de enveredar nos estudos sobre surdez, a minha visão estava alicerçada em outros discursos sobre o tema, que produziam minha compreensão sobre esse universo que também se constitui a partir de interação, convivência e experiências.

Essa reconfiguração nas minhas representações são tecidas a partir de um olhar clínico para um olhar sócio-antropológico dada a transformação da sociedade, pois historicamente o sujeito surdo foi narrado de acordo com as diferentes épocas. Passou por transformações desde a imposição do Oralismo¹ até a conquista do reconhecimento legal de sua língua: a língua de sinais².

O olhar clínico está direcionado à deficiência (ausência/perda), sob este ponto de vista o foco está nas limitações e comprometimento das experiências. Sob o ponto de vista sócio-antropológico, o sujeito surdo é entendido como um sujeito cultural, dotado de uma língua específica. Estes pontos de vista sobre a surdez variam de acordo com a conjuntura cultural e histórica e os grupos sociais nos quais são produzidos. Essas representações produzem diferentes práticas sociais que limitarão ou ampliarão as possibilidades educacionais dos sujeitos surdos.

Estudos de Stokoe, na década de 1960 do século passado, mostraram que a língua de sinais viabiliza aos surdos não só a comunicação, mas o aprendizado, promovendo a interação e trocas não somente do conhecimento, permitindo-lhes uma melhor compreensão de si e do mundo que o cerca. A linguagem é essencial à vida em comunidade, pois é através dela que partilhamos idéias, emoções, experiências. Sem a linguagem, as nossas potencialidades como ser humano ficam demasiado reduzidas. Segundo Vygotsky (1989), é por meio da linguagem que o

¹ Oralismo é o nome dado àquelas abordagens que enfatizam a e a amplificação de audição e que rejeitam de maneira explícita e rígida, qualquer uso da língua de sinais.

² A Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) é uma língua usada pela comunidade surda brasileira. É uma língua reconhecida pela Lei 10436/2002 e pelo Decreto 5626/2005. Essa língua é visual espacial, ou seja, se realiza no espaço com articuladores visuais: as mãos, o corpo, os movimentos e o espaço de sinalização.

indivíduo ingressa em uma sociedade, internaliza conhecimentos e modos de ação, organiza e estrutura seu pensamento.

A surdez é uma condição heterogênea e multifacetada. Cada sujeito surdo é único, pois sua identidade se constituirá a depender das experiências socioculturais que partilham ao longo de sua vida. É importante ressaltar que estes alunos surdos devem ter a oportunidade de serem educados em sua especificidade para que possam se desenvolver buscando a construção de sua identidade e de sua cultura, que por ser diferente não é inferior.

Estes sujeitos, bem como toda comunidade escolar, precisam compreender que na sua diferença existe um universo de possibilidades para que possam conviver em sociedade. As potencialidades desses sujeitos não residem na falta de audição, mas no reconhecimento da condição visual dos surdos.

Hoje, as comunidades surdas têm uma percepção política ante a sociedade, ou seja, os surdos têm direitos e deveres e devem lutar para o desenvolvimento de uma educação bilíngue de qualidade para o seu pleno exercício de cidadania.

Neste sentido, o acesso aos conteúdos curriculares, leitura e escrita não dependem do domínio da oralidade, mas pode ser pensado a partir da modalidade cognitiva específica dos sujeitos surdos, qual seja a visualidade.

Meu objetivo ao escrever sobre esta temática é problematizar como acontece a educação dos surdos nas salas regulares e as relações de poder/saber. A educação dos surdos é um tema atual e muito importante, perpassa pelo discurso da inclusão, já que existem inúmeros professores que vivenciam situações em sala de aula com esses alunos. É observada neste contexto uma inquietação dos profissionais, pois muitos deles não foram preparados para atender às reais necessidades desses sujeitos.

Apoiando-me em algumas ferramentas metodológicas criadas por Michel Foucault, como discurso e relações de poder/saber, dediquei-me a análise de uma entrevista não-estruturada realizada com a professora M. que atua numa instituição da rede municipal do estado da Bahia buscando compreender as relações saber/poder que cruzam a educação dos surdos nas salas regulares do ensino naquele contexto.

2 METODOLOGIA

O trabalho apresentado busca problematizar, a partir das contribuições de alguns autores, Michel Foucault, Skliar dentre outros, como vem se estabelecendo a educação de surdos no espaço escolar no sistema regular. Tendo como instrumento de coleta de dados uma entrevista não-estruturada, a partir de uma conversa realizada com uma professora que atua em uma classe com surdos no sistema regular de ensino. A partir desta coleta de informações tento compreender como acontece a educação dos surdos num contexto específico.

Com a finalidade de entender as problemáticas que envolvem as relações de saber/poder e como se dá a educação dos surdos num contexto específico, esta pesquisa se baseou na abordagem qualitativa buscando investigar e refletir sobre o discurso de profissionais que atuam com alunos surdos.

A instituição de ensino pesquisada, Escola Municipal Joselito Amorim, é referência no município pois atua com alunos surdos da própria cidade e também de cidades vizinhas. Para concretizar a pesquisa foi selecionada apenas uma professora do ensino regular que atua com alunos surdos devido a sua disponibilidade.

Seguindo a orientação, essa entrevista não-estruturada foi utilizada como instrumento de reflexão, contemplando o olhar da professora M. sobre a educação dos surdos e a sua percepção ante a inclusão educacional.

A entrevista foi realizada na Escola Municipal Joselito Amorim e o público alvo da pesquisa são os alunos surdos. Os critérios estabelecidos perpassam pela reflexão de como acontece a educação dos surdos e as relações de poder/saber.

Na verdade esta entrevista foi uma conversa, por isso considero não-estruturada, sobre a educação dos surdos nas turmas regulares de ensino, foi realizada na sala de coordenação com a professora M. que atua com alunos surdos, graduada em Letras com Espanhol; especialista em Metodologia do Ensino da Língua Espanhola e Educação Especial.

No momento da nossa conversa, pude observar que a professora demonstra um grande interesse em trabalhar com surdos, pois acredita nas suas potencialidades.

A professora M. apresentou uma tranquilidade em pontuar que também está em processo de aprendizagem, que a cada dia há um novo construir, um novo olhar e um novo aprender.

De acordo com a conversa realizada com a professora M. da turma de surdos, a escola defende a educação bilíngue, pois de certa forma acredita que a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) deve ser a primeira língua dos surdos, L1 e esta deve ser aprendida o mais cedo possível; neste sentido, se tornaria mais fácil trabalhar a Língua Portuguesa. Nesta classe de surdos, a professora M. desenvolve o trabalho com a Língua Portuguesa e as demais áreas do conhecimento com o auxílio de uma intérprete.

Durante as leituras realizadas, busquei subsídios para atender aos meus anseios ante a pesquisa, num movimento de aprender a aprender, tentando ser imparcial sem imprimir juízo de valor. A intenção é dialogar, compreender, refletir e discutir acreditando em suposições e encaminhamentos, observando com cuidado cada ponto de vista.

Pretendo, a partir das discussões de alguns autores, desnaturalizar algumas relações de saber/poder, oportunizando uma percepção sobre como os diferentes olhares ante a diferença surda vão sendo construídos, aprofundarei um pouco mais essa questão no capítulo que segue.

3 AS RELAÇÕES DE PODER/SABER E A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Pensar na surdez, para mim, nesse momento, é pensar no indivíduo que busca uma identidade, uma cultura e que é sobretudo um sujeito político. Mesmo ante essa afirmativa, ainda assim é necessária uma reflexão quanto aos discursos que versam sobre a surdez.

Para Silva (1998, p. 58):

A identidade cultural ou social é o conjunto dessas características pelas quais os grupos sociais se definem como grupo: aquilo que eles são, entretanto é inseparável daquilo que eles não são, daquelas características que os fazem diferentes de outros grupos.

Entender a surdez, a partir de um discurso sócio-antropológico é pensar na diferença e não em deficiência, buscando compreendê-la a partir da sua condição com um olhar voltado para as possibilidades de aprender, de sonhar, de olhar, ver e sentir o mundo que o cerca. É importante perceber estes sujeitos com uma experiência visual e não auditiva, neste sentido faz-se necessário refletir quanto aos discursos de normalização e a busca pela universalização.

Para Skliar (1997, p. 256):

O Oralismo foi e segue sendo hoje, em boa parte do mundo uma ideologia dominante dentro da educação do surdo. A concepção do sujeito surdo ali presente refere exclusivamente uma dimensão clínica - a surdez como deficiência, os surdos como sujeitos patológicos – em uma perspectiva terapêutica. A conjunção de idéias clínicas e terapêuticas levou em primeiro lugar a uma transformação histórica do espaço escolar e de suas discussões e enunciados em contextos médico – hospitalares para surdos.

Ante essa afirmação observo que sob uma ótica tradicional há um discurso que condiciona as representações sobre os surdos de modo a não lhes dar saída para outros modelos que não seja o modelo de identidade ouvinte. É o que Skliar (1997) chama de Ouvintismo.

É fundamental refletir sobre determinadas posturas dos discursos ouvintes; por questões hegemônicas pretendem impor aos surdos as suas afirmações, os seus olhares sob o mundo negando-lhes a oportunidade de exercer o direito de ser surdo, de ser diferente.

Os poderes exercidos pelos saberes clínicos para disciplinar os surdos podem ser vistos em diferentes lugares. É notória a percepção de como tecem redes de poderes e de como elas vêm disfarçadas sobre o discurso da fala, da integração, do fazer as suas ações. Todo o mecanismo de poder construído pelos referenciais ouvintes desencadeia o mito de que a norma para os seres humanos consiste em falar e ouvir. Neste sentido Lopes (1997, p. 33) fala sobre a normalização.

A normalização de comportamentos sociais, de acordo com a ideologia dominante, ocorreu na educação de surdos desde seu início. A formação ideológica oralista imposta aos surdos que estão integrados no sistema comum de ensino está fundamentada, entre outros aspectos, no tratamento reabilitatório da deficiência. Todos os esforços dos ouvintes estão voltados para o treinamento oral do surdo, ou seja, o meio social ou escolar, conforme a ideologia deve propiciar ambientes ricos em estímulos orais para que os surdos sintam a necessidade “imperiosa” do aprendizado da fala.

A autora traz uma reflexão da relação do poder/saber a partir de uma perspectiva voltada ao reforço e destaque ao Oralismo bem como sob o ponto de vista clínico-terapêutico que versa pela reabilitação da deficiência. Neste sentido observo no discurso o legado cultural tecido a partir de imposições que pretendem diagnosticar o sujeito surdo como deficiente negando-lhe qualquer possibilidade de percepção da sua diferença.

Retomando a história dos surdos, observo que o discurso ouvintista (Skliar, 1997) tenta estabelecer a sua cultura a estes sujeitos. Essa “imposição” é vista em algumas famílias, nas escolas e lugares freqüentados pelos surdos. Pensa-se ainda em modelos padrões que, supostamente, favoreçam o convívio na sociedade.

Em se tratando de educação, penso que as relações de saber/poder vão se constituindo a partir do olhar acerca do outro, e através das experiências vivenciadas, entre elas, as experiências em classe. Na convivência com o outro essa relação vai assumindo um caráter sob um ponto de vista daquilo que se sabe, do que se aprende, do que se ensina e do que se espera do outro. Neste sentido passamos a questionar estas relações em sala de aula tentando nos colocar em diferentes posições, para observá-las e compreendê-las.

Para os surdos essa relação de saber/poder são construídas nos discursos que primam pela integração e diversidade, contudo não reflete sobre os elementos

do pensar, do fazer, do ensinar e do compreender a sua subjetividade e diferença. Estes discursos promovem uma insatisfação por parte desses sujeitos.

Foucault (1990, p. 24) descreve o poder:

Poder é gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando ao máximo suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e constituído de suas capacidades.

Sob outra ótica Foucault revela o poder direcionando que o mesmo não significa repressão, considerando-o sob o ponto de vista das relações em sala de aula, o poder está implícito na relação do professor/aluno, pois o professor, sendo ele mediador, legitima o saber. Neste sentido é conferido a ele, por questões culturais, promover discursos como deve ser esse aluno, esse professor e a relação entre eles. Dessa forma, considero relevante continuar pensando como se estabelecem as relações de poder/saber atualmente, em classes regulares entre surdos e ouvintes, foco dessa investigação.

4 SURDOS EM CLASSE REGULAR: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES

A inclusão educacional é uma caminhada que se constitui com pequenos passos. Trata-se de um movimento mundial que prevê que todas as crianças e jovens devem aprender nos mesmos espaços escolares.

No contexto educacional atual existe um discurso no qual é percebido a necessidade de uma melhor compreensão sobre este movimento, tendo em vista a garantia dos direitos e a maneira como se processa a mesma nas instituições de ensino.

Hoje, pensar em uma escola inclusiva é pensar em cidadania; é pensar em limitações e potencialidades, é pensar, sobretudo em possibilidades. A escola numa perspectiva inclusiva reflete sobre o projeto político pedagógico, sobre o seu currículo e as práticas pedagógicas vivenciadas.

Muitos são os limites apontados para esse projeto no âmbito escolar, tais como: o despreparo dos profissionais para atender às necessidades educacionais dos alunos especiais; o suporte pedagógico, para uma reflexão que transforme as ações em classe, o apoio da família.

No cenário atual os alunos surdos enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar; desde a compreensão da diferença e da percepção como sujeitos visuais até as propostas educacionais ofertadas.

O contexto onde foi realizada a pesquisa trata-se de uma escola da rede municipal de ensino, onde acontece um trabalho em classes com surdos e AEE (Atendimento Educacional Especializado) no turno oposto.

A instituição pesquisada defende e acredita na inclusão pedagógica e busca através dos seus planos de ação oferecer uma educação de qualidade a todos. Atualmente, possui 153 alunos surdos, distribuídos nas classes regulares e uma média de 1.372 ouvintes. Os alunos surdos participam das turmas regulares, especiais e do atendimento educacional especializado no turno oposto.

Dada estas necessidades é que considero importante o AEE como uma das possibilidades para que possa viabilizar o aprendizado destes sujeitos, para que os mesmos possam contemplar o ensino da LIBRAS e o ensino da Língua Portuguesa.

Ao optar-se em oferecer uma educação bilíngüe, a escola está assumindo uma política lingüística em que duas línguas passarão a co-existir no espaço escolar. Além disso, também será definido qual será a primeira língua, bem como as funções em que cada língua irá representar no ambiente escolar. Pedagogicamente, a escola vai pensar em como estas línguas estarão acessíveis às crianças, além de desenvolver as demais atividades escolares ou serem objetos de estudo em horários específicos dependendo da proposta da escola. Isso vai depender de “como”, “onde”, e “de que forma” as crianças utilizam as línguas na escola (MEC/SEESP, 2006).

No contexto analisado, o atendimento acontece no turno oposto e se constitui como um momento didático pedagógico. A organização desse espaço implica no uso de materiais visuais, que vão contribuir para o aprendizado dos conteúdos curriculares em estudo nas salas de aula do ensino regular. O professor da Sala de Recursos Multifuncional deve ser um profissional especializado na área de atuação onde vai desenvolver estratégias e habilidades que permitam o bom desempenho desse aluno em classes do ensino regular.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vista à autonomia e independência na escola e fora dela.

De acordo com a conversa realizada com a professora M. da turma de surdos, ela comenta que neste contexto educacional existe o trabalho desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional. Os alunos a freqüentam no turno oposto para que possam aprender LIBRAS. Os profissionais que aí atuam são especialistas na área e desenvolvem um trabalho em consonância com os professores das turmas do ensino regular, planejando suas ações e adaptando materiais que possam colaborar com as atividades nas respectivas turmas.

É importante salientar que apenas o conhecimento da língua não é suficiente para o desenvolvimento do aluno surdo. A escola por sua vez deve oferecer ações desafiadoras que permitam a estes indivíduos produzirem o conhecimento, estimulando-os no desenvolvimento do pensamento explorando suas capacidades.

É percebida no cotidiano escolar em geral uma grande lacuna no contexto da educação de surdos no sentido de desenvolvimento linguístico e das práticas pedagógicas aplicadas às instituições escolares. De acordo com algumas pesquisas nota-se que um grande número de surdos, ao concluir sua escolarização básica, não é capaz de ler e escrever fluentemente ou de ter domínio sobre os conteúdos contemplados.

Neste sentido é importante pensar na concepção da proposta curricular nas instituições de ensino. Pensar no currículo é pensar no contexto, na história dos nossos alunos, na cultura e, sobretudo na diferença.

Reporto-me aos estudos de Foucault (1997), que afirma que saber e poder são correlatos, numa relação de imanência e co-produção. Assim, todo saber assegura o exercício do poder, instaurando-se, narrando e conduzindo outros.

Na atual situação de educação no Brasil, é constatado que muitos são excluídos e que dentre estes, onde o quadro estatístico os produz como “fracassados” da educação. É importante reconhecermos que os próprios saberes pedagógicos em muito contribuem para este quadro na medida em que fazem diagnósticos, classificações, criam rótulos que freqüentemente justificam ainda mais a segregação desses indivíduos.

Primamos por uma escola que desperte nos alunos a curiosidade e o desejo em aprender; que proporcione desafios para que possam construir as suas estratégias e que não se sintam limitados em suas descobertas, mas que em suas diferenças produzam conhecimento.

Com relação ao surdo, fala por ele a escola, representando um saber/poder que o produz como sujeito incapaz de narrar a si mesmo. Em seu nome, falam professores e pedagogos, médicos, psicólogos, terapeutas. Fala a família, a sociedade e permanece um sujeito que, como todos os outros, é desejante, participante da construção de sua própria existência.

No cenário desenhado, é importante percebermos, como nos indica Foucault (1995, p. 70 -71):

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que

penetram muito profundamente, muito sutilmente em toda trama da sociedade.

A educação também é uma prática de poder marcada por relações de disciplina e dominação. Neste universo, as possibilidades dos diferentes acabam limitadas. Neste sentido destaco a importância do trabalho cooperativo/colaborativo e da problematização da práxis pedagógica teoria/prática para que possa contribuir com o processo educacional do surdo.

Durante longos anos a educação para os surdos permaneceu marcada pelo movimento de reabilitação ou reeducação. O forte envolvimento da reabilitação na educação destes sujeitos por muitas vezes reduziu a reflexão sobre educação às metodologias e seu grau de eficiência em relação à aprendizagem da língua portuguesa. Essa discussão faz refletir sobre algumas lacunas e necessidades a serem superadas com o esforço de educadores ou demais profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Na conversa realizada com a professora M. que atua com surdos no sistema regular de ensino, foi destacada alguns entraves como: o ingresso tardio dos alunos surdos na escola, o desconhecimento da LIBRAS e a ausência de estímulos familiares no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem e estes podem ser fatores que contribuem para que essa aprendizagem não seja eficiente.

Esse parecer é observado no contexto de uma escola pública da rede municipal em uma realidade que apresenta pequenos avanços na caminhada ou no processo de inclusão, mas que de certa forma alimenta o desejo de construir a partir dos erros e acertos uma educação que favoreça os direitos voltados para o exercício da plena cidadania.

A professora M. pontua que a maioria dos alunos surdos ingressa à escola tardiamente; não foi alfabetizada, não conhecem LIBRAS e conseqüentemente a Língua Portuguesa, pois convivem com mímicas e gestos aprendidos aleatoriamente com suas famílias.

O conhecimento da LIBRAS nesta escola acontece na Sala de Recursos Multifuncionais, onde os alunos surdos são atendidos no turno oposto por profissionais especializados para complementar o trabalho desenvolvido nas turmas com surdos.

Relacionando o estudo promovido por Foucault onde versa as relações de saber/poder, percebo os pontos de vista destacados pela professora M. da turma com surdos nas entrelinhas do discurso, a Língua Portuguesa produz um diferencial destacando-se em relação a LIBRAS, devido a questões de hegemonia da cultura ouvinte.

A Língua Portuguesa é a Língua oficial dos ouvintes e eles são maioria na sociedade, estas imposições acontecem no dia-a-dia e elas determinam as relações de saber/poder. Partindo destes, pressupostos, a LIBRAS ocupa um lugar menos privilegiado no currículo, pois por si só não garante a inclusão dos surdos.

O sujeito surdo para garantir o seu aprendizado precisa se apropriar da Língua Portuguesa para que em consonância com a LIBRAS possa fazer relações com os conteúdos estudados e participe do processo ensino aprendizagem de maneira efetiva e significativa.

A escola tendo como principal função formar cidadãos deve discutir no âmbito social o seu pensar sobre a educação dos surdos, promovendo planos de ação que favoreçam um despertar consciente sobre estes sujeitos.

Esse despertar requer um olhar sensível às práticas pedagógicas, ao currículo, ao Projeto Político Pedagógico e aos encaminhamentos das Políticas Públicas na Educação Especial. É um querer que não depende de uma ação solitária, mas de muitos questionamentos, de muitas discussões e reflexões para a promoção do conhecimento e para a garantia do direito comum a todos.

Reporto-me a algumas questões sobre como acontece a educação em classes apenas para surdos. A escola que defende a educação bilíngue será que não exclui? Uma classe apenas com surdos oportuniza as múltiplas interações?

São apenas questionamentos, inquietações sem julgamentos, mas com o propósito de discutir e problematizar as relações de saber/poder visto que estas vão contribuir para uma melhor compreensão de como acontece e se desenvolvem as mesmas.

Ao pensar nas relações de saber/poder, é preciso pensar no currículo da escola para não negar as culturas e silenciá-las, mas pensar e discutir a sua elaboração para ressignificar a nossa prática. E pensar no currículo para o sujeito surdo é pensar na valorização desse sujeito a partir das suas experiências para que esse movimento se constitua em aprendizado.

A escola é um local indicado para as trocas de experiências e para a construção da aprendizagem, por isso é necessário uma ação dialógica no que tange às relações de saber/poder e isso acontece à luz da teoria relacionando-a à prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo refletir como acontece a inclusão do surdo numa perspectiva bilíngüe em contextos de classes inclusivas. Essa discussão perpassa no âmbito educacional promovendo diferentes olhares neste movimento chamado “Inclusão”, questionando-nos quanto a nossa prática e as relações de saber/poder.

A educação é uma atividade essencial construída e elaborada que se transforma de acordo com o percurso histórico-cultural da humanidade. As transformações ocorrem numa tal velocidade que determinam um mundo cada vez mais dinâmico e complexo. Apesar destas transformações, observamos que o percurso histórico da educação para surdos assinala uma trajetória inicialmente gestualista, com tímida preocupação educacional, reduzindo-se ao alcance da oralidade como único caminho possível de aprendizagem e integração social.

Neste sentido, é imprescindível pensar na escola como espaço que reconheça as relações no mundo, as relações com a cultura, os valores das diferentes culturas. É fundamental que o surdo seja aceito como uma pessoa que tem capacidade para construir outra linguagem. E isso só acontecerá quando sua língua, a língua de sinais, for de fato respeitada.

As políticas de educação bilíngüe para surdos devem considerar concepções sobre o sujeito surdo, sua identidade, anseios descrições em torno da sua língua e da sua cultura, definições sobre as políticas educacionais, análise das relações de saberes e poderes entre surdos e ouvintes. A partir dessa discussão, o sujeito surdo começa a ser visto como um ser sociolinguístico diferente, dando início a concepções sócio-filosóficas e antropológicas distintas, abrindo espaço para se pensar em alternativas pedagógicas diversificadas que atenda as suas especificidades.

Essa concepção parte das capacidades do sujeito e da consideração da língua de sinais como garantia para o desenvolvimento do surdo, por ser sua língua natural. Esta pesquisa contribuiu de maneira reflexiva para a ampliação do meu olhar ante as relações de saber/poder, assim como permitiu uma percepção cuidadosa sobre alguns dos diferentes fatores que contribuem para inclusão/exclusão do sujeito surdo no contexto escolar, como o lugar que a LIBRAS

ocupa no currículo escolar, por exemplo. Certamente, não se pode falar de todos, já que cada contexto implica relações específicas.

Gostaria de pontuar que a realização desta pesquisa contribuiu de maneira significativa na minha formação acadêmica, pois certamente os caminhos percorridos produzem em mim um desejo de continuar investigando para contribuir no espaço que atuo.

Os meus objetivos foram alcançados permitindo-me pensar no processo de inclusão dos surdos, entraves e conquistas. Neste momento percebo o quanto ainda preciso construir saberes e que estes sejam voltados para a compreensão de que é importante refletir sobre a prática para que possa modificá-la.

Em relação ao ambiente pesquisado acredito que a pesquisa acrescenta na percepção de que todos nós educadores passamos por processos de reflexão/transformação e a cada dia nos constituímos nos espaços que atuamos tecendo, construindo com erros e acertos.

Que este artigo possa contribuir para o debate sobre o que diz respeito à educação dos surdos tendo em vista as suas singularidades e que todos nós possamos compreender como se processa as relações de saber/poder sem imprimir juízos de valor, mas buscando encaminhamentos favoráveis à educação destes sujeitos.

Acredito que em qualquer contexto é possível aprender a aprender, percebendo a diferença. Observo que os conflitos possibilitam uma mudança e que sempre existirão as resistências e que estas são os desafios para a transformação.

REFERÊNCIAS

SILVA, Alessandra da. LIMA, Cristiane Vieira de Paiva. DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Deficiência auditiva**. São Paulo: MEC/ SEESP, 2007 52 p. (Atendimento Educacional Especializado).

SKLIAR, Carlos. **A reestruturação curricular e as políticas educacionais para as diferenças**: o caso dos surdos. In SILVA, L da., AZEVEDO J. C. & Santos, E (Orgs). *Identidade social e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1997. (pág. 242-306).

FOUCAULT, Michel. **Verdade e poder**. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, M. **As atitudes do professor ouvinte da classe comum frente ao escolar surdo**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação.

SILVA, T.T. **Contrabando incidentes de fronteira**: ensaios de estudos culturais em educação. Porto Alegre, 1998.

<http://mpcdceara.org/wp-content/uploads/2010/04/politicaeducacional.pdf>.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia**. Havana: Pueblo Y Educación, 1989.